

6
Ferreira

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

Ao sétimo dia, do mês de Setembro, do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício do Centro Cultural de São Martinho do Pinheiro, sito em São Martinho do Pinheiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de Convocatória emitida a 1 de Setembro de dois mil e dezassete:

Ponto Um – Período de antes da ordem do dia;

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

Ponto Três – Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Quatro – Apreciação e deliberação da Primeira Revisão Orçamental 2017;

Ponto Cinco – Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença dos nove Membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, Lúcia Marques de Sousa em substituição de Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, Carlos Manuel Marques da Silva em substituição de João Oliveira Torres Pardal, Fernando Lopes Morais, Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Secretário Sérgio da Costa Madeira e Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e cinquenta e um minutos, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, e entrando de imediato no Ponto número Um (Período de antes da ordem do dia), questiona aos colegas da Mesa se têm algum assunto a tratar. Rui Soares pede a palavra, dizendo que tem dois assuntos para tratar, questionando se podem ser tratados neste ponto, ou no ponto das Informações. Elsa Ferreira, responde que se todos estiverem de acordo, se podia tratar já neste ponto, e não havendo objeções, Rui Soares passa a cumprimentar todos os presentes e após agradecer ao Centro Cultural de S. Martinho a disponibilidade do espaço, explica que o primeiro assunto se prende com o facto da Sra. Delfina e o marido terem um terreno em S. Martinho, onde foi feita a obra da vala em 2013 pela Junta, para melhorar a drenagem pluvial, e este casal e o Sr. Horácio Pedro de Sousa, de Sargento-Mor, proprietário de outro terreno, queixaram-se ao Presidente, que tanto o anterior Executivo como o atual, acabaram por cortar terreno sem consultar os proprietários, e desta forma, o casal presente na Assembleia solicita ao atual Executivo, que para compensar esta situação, lhes seja feito um muro no dito terreno, muro este, que Rui Soares diz ser necessário um alinhamento da Câmara Municipal de Coimbra. Depois de várias considerações, Elsa Ferreira diz que este é um assunto que deve ser resolvido pelo Executivo da Junta, seguindo todos os procedimentos legais, e Rui Soares acorda com o casal lesado, que irá ver que alinhamento a CMC dá, e depois lhes transmitirá, para que esta situação seja resolvida da melhor forma.

Rui Soares passa então ao segundo assunto a tratar, e voltando à questão da dívida de dez de Julho de dois mil e nove, ao Sr. José Carvalho de Alcarraques, transitada do anterior Executivo de

Souselas, lê uma carta por este enviada, que relata muito superficialmente o que se passou, sendo intenção desta carta solicitar à Assembleia, autorização para que possa faturar o valor remanescente dos trabalhos executados na ADS, e que ainda não foram pagos. Após discussão sobre o assunto, chega-se à conclusão, que falta uma declaração assinada pelo anterior Executivo da extinta Junta de Souselas a reconhecer esta dívida (já solicitada numa Assembleia anterior), validando assim a aprovação desta Assembleia para a faturação dos trabalhos e seu pagamento.

Passando ao Ponto Dois (Apreciação e votação da ata da sessão anterior), Elsa Ferreira questiona se há algum pedido de alteração e se é necessário ler a Ata. Olga Monteiro diz que sim, e Rui Soares sugere então que a própria a leia, o que Olga Monteiro recusa dizendo que já a leu, passando então, Leónia Forte a lê-la. Após a sua leitura, Olga Monteiro questiona a Presidente, se o Sr. Sérgio da Costa Madeira ainda continua a ser Secretário da Junta, ao qual Elsa Ferreira responde que sim. Olga Monteiro questiona então, se não deu seguimento à comunicação de vinte e sete de Abril. Elsa Ferreira responde que sim, remetendo o pedido do Presidente da Junta ao Jurídico após a aprovação da Ata em questão a trinta de Junho, de modo que, o Sr. Sérgio Madeira continuará a ser Secretário até haver uma comunicação do Tribunal a dizer que deixa de o ser. Olga Monteiro refere então a passagem da Ata, em que diz que “... as Contas de 2016 foram reprovadas na Assembleia de Abril, embora as declarações não tenham tido a ver com questões relacionadas diretamente com as contas apresentadas, mas que quem votou contra, entendeu existirem outras questões pertinentes para o fazer.”, e diz que a própria reprovou as Contas pelos pagamentos indevidos ao Sr. Sérgio Madeira, que já tinha na altura mais de três faltas seguidas. E passa a referir também outra passagem na Ata, que diz que “Olga Monteiro mostra-se confusa, e abandona a Mesa da Assembleia...”, esclarecendo que não saiu confusa, mas sim dececionada, com a atitude da Presidente em relação ao Parecer por ela indicado. Elsa Ferreira diz que ainda está na situação apresentada primeiro por Olga Monteiro, que tem a ver com questões da Presidente. Olga Monteiro diz que a passagem da Ata sobre a sua reprovação das Contas não está clara, tendo-as reprovado sim, por questões técnicas. Elsa Ferreira responde que naquela frase só falta uma palavra, pois foi a sua consideração na altura. Olga Monteiro acusa Elsa Ferreira de ter marcado a última Assembleia para um local onde não havia hipótese de imprimir o Parecer nº 5 referido por ela, e do qual devia ter trazido cópias para os Membros da Assembleia. Diz também que a Aprovação do uso do Saldo de Gerência não lhes dá poder nenhum, visto que as Contas não foram aprovadas. Continua, referindo-se à parte da Ata em que diz que “...também está projetado um Parque Infantil para Larçã, que será o primeiro na extinta Freguesia de Botão, mas que a Câmara Municipal tem andado a levantar algumas questões, para que esta obra não avance antes de Outubro.”, e questiona porque é que não avança antes de Outubro se o projeto está pronto na CMC. Refere que em sete de Março foi enviado um e-mail para a Junta de Freguesia a solicitar ao Sr. Presidente que este comprovasse que este Baldio já era da Junta de Freguesia, o qual ainda não o fez. Voltando ao e-mail que a Sra. Presidente enviou, Olga Monteiro diz que nós, Membros da Assembleia, nunca nos opusemos a qualquer documento que trouxesse, e diz também, que não pode deixar de tecer algumas considerações em relação à logística das reuniões da Assembleia e a outros assuntos, antes do mandato acabar. Elsa Ferreira intervém, e diz que considera que sejam sessões e não reuniões. Olga Monteiro volta a ter a palavra, e exemplifica com o facto do documento apresentado hoje, não estar completo, pois falta referir a designação do Executivo, e que numa Assembleia da CMC, o ponto era automaticamente anulado. Fala de novo do pedido que fez do Parecer nº 5 da CCDR, não tendo ficado satisfeita com a resposta dada pela Presidente, e na troca de diálogo, Elsa Ferreira, pede mais que uma vez que leia os e-mails trocados entre ambas. Olga Monteiro passa então à sua leitura, justificando no fim, a sua saída da Assembleia, com a resposta da Presidente, quando disse, “Querem que leia? Mas querem que leia?”, e tendo deixado Olga Monteiro muito dececionada e desconfiada. Elsa Ferreira responde que, pretende que fique claro que considera estas acusações graves e que não as pode admitir, acreditando em si, quem quer, não a conhecendo a maior parte dos presentes. Diz também que não é Política, e que age sempre de acordo com o que acha justo e legal, passando a explicar de seguida a situação, ficando no final, os juízos de valor ao critério de cada um. Após a sua narração dos factos, diz que em relação às Contas, pretende que fique escrito em Ata, que ela “considera que as Contas de 2016 foram

6
ferreira

reprovadas na Assembleia de Abril...", e quanto à outra questão que a Secretária referiu que "Olga Monteiro mostra-se confusa, e abandona a Mesa da Assembleia...", deixa à sua consideração reformular a frase. Leónia Forte começa por dizer que presume que a observação da colega Olga tenha a ver com possivelmente um juízo de valor que se tenha feito. Leónia Forte diz que não considera que tenha sido um juízo de valor, e que foi um facto constatado por todos os presentes naquela Assembleia, tanto Membros, como Público, de modo que, à sua consideração não altera esta menção. Elsa Ferreira finaliza, dizendo que se a Secretária não altera, é assim que a Ata fica, e questiona se algum dos Membros, embora alguns não tenham estado presentes na última Assembleia, têm alguma consideração a fazer.

Não havendo considerações, a Presidente submete a Ata Número 23 a votação tendo sido aprovada com um voto contra de Olga Monteiro, quatro abstenções de Sara Lindo, Fernando Morais, Carlos Silva e Regina Oliveira, por não terem estado presentes na referida Assembleia, e quatro votos a favor de Elsa Ferreira, Leónia Forte, Florentino Vieira e Lúcia Marques de Sousa.

Antes de se entrar no próximo Ponto, a Presidente da Mesa diz que para terminar esta questão, se considera satisfeita com o seu trabalho desempenhado nestes últimos quatro anos, sem nunca ter assistido a uma Assembleia, assumindo sempre com humildade que quando não sabe procura ajuda, e se errou, humildemente assumiu o erro. Lamentando, porém, que haja tanta gente sem esta humildade.

Passa de seguida ao Ponto de Ordem Três (Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro), passando de imediato a palavra ao Presidente da Junta, Rui Soares.

Rui Soares volta a cumprimentar todos os presentes, e parabeniza a Presidente da Assembleia pelo seu desempenho ao longo destes quatro anos, que à sua semelhança enquanto Presidente da Assembleia a partir de 2005 até 2013, também nunca tinha ido a uma Assembleia, e por este motivo não foi uma tarefa fácil, tornando-se mais fácil, porque sempre executou as suas funções com humildade, de forma isenta e apolítica, tal como Elsa Ferreira o tem feito, sempre em prol do bom funcionamento da Freguesia, reconhecendo também, que as outras forças políticas na sua altura, também contribuíram para tal, não sendo o caso na atualidade.

Dá início às informações, começando por dizer que foi convidado tanto pelo PS como pelo PSD para ser cabeça de lista, não aceitando por não se identificar com os seus ideais e forma de agir, e que na sua opinião foi lamentável o facto de terem reprovado as Contas em Abril, não tendo ninguém colocado questões diretas sobre as mesmas, e dificultando assim, ainda mais o trabalho. Informa que em Março tinham já as Contas fechadas, tendo intenção de marcar a Assembleia para o início de Abril, mas que por várias circunstâncias não houve essa hipótese, e comunica que haviam conseguido transformar 90 000€ de Receitas Correntes em 90 000€ de Despesas de Capital, o que quer dizer, que conseguiram fazer mais 90 000€ em obras que não estavam previstas, tendo deixado o Miguel admirado com este facto. Tal ação (por parte de quem chumbou as Contas), o leva a pensar que as três forças políticas da oposição estão coligadas para derrubar o Executivo, e conta que um dos Membros da Mesa, Pedro Peça (que está disponível para o vir confirmar numa Assembleia), votou contra as Contas, porque assim lhe haviam indicado, momentos antes do início da Assembleia, não tendo tido oportunidade sequer de analisar o Relatório de Contas, tendo-se apercebido do erro que cometeu, posteriormente. Fernando Morais diz que é mentira e que Rui Soares está a fazer política. O Presidente responde-lhe, dizendo-lhe que nesse caso se deve justificar perante ele. Elsa Ferreira intervém, dizendo que não se vai fazer política, mas que é um facto a existência desta declaração, que humildemente foi feita por parte de Pedro Peça. Sara Lindo pede a palavra, e diz que a CDU não está coligada com ninguém, e que o seu voto contra às Contas, foi por causa da situação do Executivo, que os próprios provocaram, pois as Contas anteriores já haviam sido votadas com o alerta de resolução desta situação, e que o

Executivo sempre trabalhou como pode e quis, tendo a Assembleia sempre contribuído a seu favor. Rui Soares responde que isso não é verdade, porque houve votos contra e abstenções, nomeadamente os de Sara Lindo, considerando que em nada contribuiu para a Assembleia. Fernando Morais volta a falar da situação do Secretário, questionando o porquê da sua presença, se já não faz parte do Executivo, e nem vota. Elsa Ferreira esclarece, que o Secretário vai continuar a ser convocado como sempre foi, até instruções do Tribunal em contrário, mas que de qualquer das formas, tanto o Secretário como o Tesoureiro, só têm estado presentes na Mesa, porque sempre o permitiu desde início, acreditando que de facto todos formávamos uma equipa para o bem da Freguesia. Rui Soares diz ainda em relação ao mandato, que as obras são só referentes a dois anos, pois, o primeiro ano foi para pagar dívidas, tendo a Junta ficado condicionada a dois anos para fazer obras. Informa que a obra agora feita em Botão, é de 2016, e que após ter negado o convite do PS, tem havido algum boicote ao andamento das obras, não só na nossa Freguesia, mas à zona Norte, nomeadamente Trouxemil e Torre de Vilela, não havendo nenhuma obra nossa feita de 2017 (no valor total de 84 000€), não sabendo quem ganhou no fim disto tudo, mas sabendo que quem perdeu foi a população. Diz que falta fazer a obra da curva da Zouparria, no valor de 30 000€... é interrompido por Elsa Ferreira, que voltando à questão do Sr. Sérgio Madeira, informa que o que disse tem um fundamento jurídico, que a própria está a pagar para dar seguimento... Rui Soares retoma o seu discurso, e informa que sempre apresentou as obras atempadamente, reforçando a ideia que as obras não têm acontecido por boicote por parte da CMC, tendo até sido o único Presidente de Junta a enaltecer o trabalho do Gabinete de Apoio às Freguesias, explicando o procedimento desde a apresentação do projeto à execução da obra, e que por vezes é necessário fazer retificações ao plano de obras, adiando obras em detrimento de outras com mais prioridade. Fala do alargamento do Posto Médico, na sequência de se poder trazer mais dois médicos, e confessa que gostaria até que algumas pessoas com quem trabalhou na CMC, continuassem na Câmara, pois sempre o ajudaram na resolução das situações apresentadas, tais como Mário Gaspar, Vítor Carvalho dos Santos, o próprio Carlos Cidade até começar a mentir num determinado discurso na Marmeleira, e o Jorge Alves. Fala a seguir do Parque Infantil de Larçã e que tem percebido que têm arranjado sempre alguma coisa para que a obra não avance. Informa também que há 19 000€ cabimentados para o Polidesportivo de Souselas, e que estão à espera de uma elevação para se fazer no cruzamento da Póvoa do Loureiro, junto ao Canto Direto, estando o projeto desde Março no Santos Costa. Passa a falar do assunto sobre o INEDS, sendo este a sua grande preocupação, e que está a acontecer o que temia, que é o facto de os Pais terem matriculado os filhos noutras escolas, estando agora a aperceberem-se de que não têm como os transportar. Diz que ao contrário do que algumas pessoas pensam, o Dr. Manuel vive esta situação e confessa que lhe ligou preocupado, por ter que mandar alguns funcionários e docentes para o desemprego, perguntando-lhe sobre a eventualidade de poder conhecer algum curso de formação que se possa fazer no INEDS, para evitar ter que despedir pessoas. Informa também que se terminou agora a obra em Botão, que dignificou e valorizou ainda mais a localidade, orgulhando-se do resultado final. Diz também que ao fim de muitos anos, foram ao centro da Vila de Souselas limpar lá um terreno que estava cheio de ratazanas e cobras, tendo feito várias diligências para encontrar os donos, e não tendo tido sucesso, enviou um ofício para a Proteção Civil que resolveu essa questão. Faz referência ao Sr. Álvaro Ferreira, filho do Sr. Amílcar Coutinho, que lhe havia dito em tempos, que se limpasse o seu terreno, ele doava à Junta aquele espaço com cerca de 45/50 m², na Rua do Coicão, faltando agora avançar com os procedimentos legais. Faz referência também ao Sr. João Paulino, que por herança do sogro, ficou com uma adega na parte da frente desse mesmo terreno, com cerca de 25 m², estando também a limpar esse espaço. Faz menção ao pedido do Dr. João Pardal na última Assembleia, acerca do

6
Ferreira

cheiro supostamente causado pela Cimpor, e diz que toda a gente sabe da sua colaboração com a empresa, nem sempre pacífica, mas nunca a vir para os jornais, pois cada vez que se fala dos problemas causados pela Cimpor, é uma forma de desvalorizar e prejudicar a Vila e a Freguesia, afastando potenciais novos moradores, e informa que falou informalmente com o Diretor no sentido de tentar perceber se o cheiro era realmente causado pela empresa, o qual respondeu que não sabia, mas que ia averiguar. Informa que colaborou com o Carlos Cidade, no seguimento do pedido de ajuda do Diretor para falar com alguém da Câmara por causa de um projeto de cerca de 2 milhões de euros, para um secador por causa dos resíduos, e foi-lhe dito que o projeto estava parado há um mês na secretária da Engenharia, estando já neste momento o secador construído. Informa também, que em conversa com o Diretor da Cimpor, lhe pediu 2 000 sacos de cimento, após a solicitação do Presidente do Centro Cultural de S. Martinho, para se fazer um paredão em pedra e cimento neste edifício, ao qual o Diretor lhe disse para lhes enviar o pedido e que possivelmente seria atendido. Neste seguimento, Rui Soares fala no dia do Bem-Fazer no próximo dia 30 e que já transmitiu aos representantes da Cimpor em Lisboa, que a zona Norte tem sido prejudicada por causa da co incineração, sendo um facto que todos os dias queimem resíduos na Cimpor, reduzindo assim, os gastos no combustível, questionando-se sobre o porquê da Junta não poder ser ressarcida na parte dessa redução, pois a solução para a Junta melhorar a nossa Freguesia e responder aos problemas colocados pelas Coletividades, passa por a Junta receber mais dinheiro, e exemplifica com a obra feita na Tuna, que se pediu tanto à CMC, e que acabou por ser a Junta a fazer, em colaboração com a Cimpor.

Rui Soares diz que não veio para aqui para fazer mal a alguém, e volta a falar da dívida herdada pela extinta Junta de Botão, dizendo que se detetou uma fraude com a ajuda meritória do Secretário, e que na Assembleia em Paço, onde uns queriam ir para Tribunal, Rui Soares disse que na sua opinião bastaria o julgamento do povo ao saber do que se passou, pois até já havíamos reavido a carrinha, e havia-se conseguido as Notas de Crédito do único empreiteiro ao qual a Junta devia, reduzindo a dívida em cerca de cinquenta e nove mil e tal euros, concluindo que se teve que cabimentar obras em 2014 que não se fizeram, para se ir abatendo a dívida, acabando por há cerca de 2 meses levar o Tesoureiro para uma reunião com ele e o empreiteiro, o qual voltou a afirmar que fez obras em casa do anterior Presidente de Junta de Botão, e que foi ele que lhe pediu na altura para empolgar as faturas da Junta, para resolver o problema dele. Rui Soares diz que lhe custa ter que falar assim, mas que dadas as circunstâncias atuais, não podia deixar de o dizer, e que o Executivo tem tido um trabalho árduo, pois são só dois, embora o Miguel tenha o trabalho dele, recaindo o trabalho sobre o Presidente, mas que vai ajudando como e quando pode. E conclui, dizendo que quando sair, sairá de cabeça erguida e convicto de que fez o que podia e o que às vezes não podia, mantendo esta postura, até depois do dia 15 de Outubro, independentemente do resultado das eleições, sempre a pensar no melhor para e pela União das Freguesias.

Elsa Ferreira questiona se há alguma consideração e Sérgio Madeira pede palavra, dizendo que apesar de em 2016 ter dito que por sua iniciativa não iria tocar mais neste assunto, saúda com alegria a iniciativa da Junta ter remetido o seu caso ao Tribunal Administrativo. A Presidente volta a questionar se há mais considerações, e Rui Soares diz que se calhar é a oportunidade para lançar de novo o repto sobre as Contas, solicitando que se votem de novo à luz do bom senso. Elsa Ferreira diz que para tal teria que se adicionar esse Ponto, e após pedir autorização à Mesa, tal pedido é chumbado por cinco votos contra de Sara Lindo, Carlos Silva, Maria Regina Oliveira, Fernando Morais e Olga Monteiro. Após observação do Presidente, que disse que está provado que estão coligados, Sara Lindo justifica de novo o seu voto contra, pelo facto de não termos fundamentos legais para votar a favor. Maria Regina Oliveira diz que como não esteve aquando da

última votação, não reúne informação para poder votar neste momento. Rui Soares dirige-se a Sara Lindo e pergunta-lhe o que esta faria no seu lugar, quando colocou o seu lugar à disposição do Secretário e este não aceitou, pois juridicamente não se pode pôr na rua e moralmente ele não sai. Sara Lindo responde que já há muito tempo que se pediu um parecer sobre este assunto, e que se deixou arrastar durante dois anos, não obtendo ainda nenhuma resposta legal. Miguel Monteiro pede a palavra para dizer que as Contas foram enviadas para o Tribunal de Contas, com o aval do Presidente e do Tesoureiro, acrescentando Rui Soares, que também com o aval do Técnico de Contas, que por sinal era o mesmo das extintas Juntas de Souselas e Botão. Miguel Monteiro diz ainda, que as Contas foram aprovadas em reunião do Executivo, pela maioria do Executivo.

Terminado este ponto, a Presidente da Mesa entra no Ponto de Ordem Quatro (Apreciação e deliberação da Primeira Revisão Orçamental 2017), e começa por dizer que foi enviada uma Revisão Orçamental que não era válida, e que foi substituída pela atual, tendo-lhe sido explicado pelo Presidente e pelo Dr. Nelson Trindade, de que se trata nada mais que a aprovação da utilização de 2 000€ relativos a donativos cedidos à Junta, e passa a palavra a Rui Soares.

O Presidente informa que estes donativos ainda estão a ser feitos à Junta, no âmbito do convívio do Encontro das Coletividades, e que irá ter continuidade, estando a afinar a data com o José Cid, que espontaneamente disse no seu concerto, que faria mais um concerto solidário, talvez no dia 14 de Outubro de 2017.

Após a explicação do Presidente, Elsa Ferreira pergunta se há alguma questão, e Sara Lindo questiona se esta é a única alteração no Orçamento, ao qual a Presidente responde que sim, e tece a consideração, de que se houvesse mais documentação para apresentar nas Assembleias, iria exigir que estes fossem efetivamente formais, pois entende a posição de quem não está integrado nesta equipa. Miguel Monteiro pede a palavra e diz que achou curiosa a observação de Fernando Morais acerca deste assunto, pois quando era Tesoureiro do anterior Executivo de Souselas, quem preenchia os cheques era o Presidente e não o Tesoureiro. Fernando Morais responde que anda a ver mal. Elsa Ferreira interrompe e diz que essa é uma questão que terão que discutir noutra ocasião, e passa à votação, tendo sido a 1ª Revisão Orçamental de 2017, aprovada por unanimidade.

Terminado o Ponto Quatro, Elsa Ferreira passa de imediato ao Ponto Cinco (Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão), dirigindo-se ao público ali presente, para aferir se há questões a colocar, e para poder distribuir os tempos pelo número de intervenientes, solicitando porém, que dado o adiantar da hora, que sejam breves.

A primeira pessoa a intervir é o Sr. Fausto Rodrigues, de S. Martinho, que fala sobre as manilhas colocadas no terreno da Sra. Delfina, e diz que não tem a certeza se foi o próprio que ligou para França, mas que toda a gente sabe que aquele terreno é muito pantanoso, e no dia em que iniciaram a obra, estava efetivamente lá uma pessoa que disse que podiam cortar mais terreno, e que não havia problema nenhum, nunca o fazendo sem consentimento dos proprietários. A Sra. Delfina interrompe-o, e diz que nunca teve conhecimento de nada, e que deviam ter pedido o seu número, para esclarecerem e dar conhecimento do que se estava a passar. Gerou-se um diálogo entre o Sr. Fausto e a Sra. Delfina, interrompido por Elsa Ferreira, que diz que se tem que estabelecer a ordem, e pede à Sra. Delfina que deixe terminar o Sr. Fausto de falar, para depois poder tecer algum comentário. O Sr. Fausto explica o que se passou e que inclusivamente disse ao Sr. Horácio para ir à Junta, para que esta passasse um documento a dizer quanto terreno foi retirado, para que se chegasse a um consenso na resolução do problema. A Sra. Delfina repete, que a deviam ter contactado a ela, e não à sua Mãe e Irmã, pois é ela a proprietária do terreno, e não elas, explicando que ali havia uma valeta que era sempre limpa na altura da festa, nunca tendo

f
ferreira

havido problemas, e que as canas estavam a segurar o terreno, passando a existir problemas, depois de terem mexido no terreno e de terem arrancado as canas (ação feita pela Junta), podendo depois, sim, ter começado a causar transtorno aos vizinhos. O marido da Sra. Delfina intervém, e diz que acha que o trabalho que lá está, está bem feito, mas que se tivessem falado com eles, não se iriam opor, na condição de construírem um muro.

Elsa Ferreira dá de novo a palavra ao Sr. Fausto, que se dirigindo a Rui Soares, diz que em relação ao Pedro Peça não achou correta a sua atitude de querer colocar a responsabilidade para cima do Morais, porque cada um é responsável por aquilo que faz, e diz a Rui Soares, que se fosse ele não o queria na sua lista, porque deixou de ter valor com esta atitude.

Terminada a intervenção do Sr. Fausto, tem a palavra a Sra. Isabel de Sousa, da Zouparria do Monte, que mais uma vez agradece ao Executivo tudo o tem feito pela sua localidade, e diz que está escandalizada sobre o assunto das Contas, porque estava na Assembleia em que se votou a favor da utilização do dinheiro, e agora estão a acabar de dizer que estão bloqueadas. E referindo-se a João Pardal, diz que não percebe como é que naquela Assembleia ele vota a favor e depois vem dizer que afinal não pode ser, não percebendo como é que uma pessoa destas pode dar a cara ao Povo, sendo Candidato. Elsa Ferreira responde que provavelmente lhe aconteceu o mesmo que a ela, que não conhecia a Lei, e quando se informou melhor, percebeu que tal não era possível, achando no entanto estranho, que João Pardal andando há tanto tempo nestas andanças, não conhecesse a Lei para esta situação, mas acredita que estávamos todos de boa-fé, quando achámos que o Saldo de Gerência podia ser desbloqueado.

Terminada a intervenção da Sra. Isabel, Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Rui Simões, do Outeiro, que começa por dizer que tem tanta coisa para questionar, que nem sabe por onde começar. Rui Soares sugere que comece pela carrinha, e o Sr. Rui Simões concorda, questionando quem é que vai pagar o arranjo e onde é que ela está, perguntando se será o Povo ou o Presidente da Junta a pagar. Refere-se a seguir às Contas, dizendo que considera que João Pardal fez um bom ato para não prejudicar a Assembleia, e que sobre as dívidas ele fez a parte dele, e que depois se concretizou que as contas não iam bater certo, porque o Tribunal não o iria permitir, mas ainda assim, ele aprovou, aceitou e participou na decisão da utilização do Saldo de Gerência. Rui Soares pergunta porque é que as Contas não iam dar certo, ao qual o Sr. Rui Simões responde que não ia ser aprovado como devia ser, e que acabaram de dizer que não o conseguem concluir. Rui Soares questiona se há algum problema com as contas, ao qual, o Sr. Rui responde que não, e que está a falar é da aprovação da utilização do Saldo de Gerência. Refere-se depois à Praia Fluvial e que se tem falado muito nos últimos meses sobre este assunto, e que se diz que o Executivo não participa, não diz e não quer colaborar, e que se fizemos uma retrospectiva desde 2003, e sabendo que o Rui foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Souselas, oito anos, deve ter tido conhecimento pelos jornais do que foi prometido, dito e aconselhado, e que até este mandato, o Barbosa de Melo e Carlos Encarnação não fizeram nada, mas que se teve a sorte de se ter alcatroamento na estrada da Mata, em Souselas em frente à Cimpôr e na zona de Botão, pertencente a um projeto já existente. Fala do projeto do corte da curva da Zouparria, que diz que não tinha projeto de ninguém, e que o mesmo não foi concluído, porque não há obra feita. Em relação a Botão, a obra é novidade e recente, e considerada excelente, mas que já estava idealizada há quase dez anos, e que mais uma vez, Barbosa de Melo e Carlos Encarnação não deram andamento na altura. Diz que o Presidente de Trouxemil e Torre de Vilela não levou nada estes quatro anos, porque tal e qual como aconteceu em Souselas, também aconteceu agora com aquela Freguesia, por o executivo da Câmara não ser do mesmo partido. Fala para terminar, das limpezas, e diz que só sabe que há uma zona que é limpa de três em três meses, não sabendo se há algum compromisso com o dono daquilo, que é um terreno entre Marmeleira e S. Martinho.

Elsa Ferreira pergunta a Rui Soares se quer responder, e este começa por dizer que se calhar não estava cá quando falou sobre a carrinha, e informa que quando chegou ao Executivo, a Junta não tinha carrinha, explicando que a carrinha foi vendida ao Presidente da atura por 2 700€, não tendo ainda conhecimento de ninguém que soubesse que a carrinha era da Junta, pois havia só um Edital na Junta. Refere-se a João Pardal, dizendo que na última Assembleia estava que nem um cordeirinho, e que há quatro anos andaram de volta de Rui Soares para que fosse o número dois, o qual recusou por não querer ir com ele. Posteriormente, e perante umas trinta pessoas, João Pardal assumiu que seria Candidato, se Rui Soares fosse como número dois pelo reconhecimento do seu trabalho feito anteriormente, e Rui Soares recusou, dizendo que se ele era Candidato, ele também seria, daí ter avançado com a Candidatura Independente. E afirma que João Pardal tem esta capacidade de colocar as pessoas no coração até elas lhe serem úteis, o que foi o caso naquela reunião, e que por causa das Contas, ele já se informou com quem de direito para ver como conseguia prejudicar o Executivo, mas que nem a chumbar as contas os consegue derrubar. Assume que o poderá derrubar é dia 1, mas que espera que as pessoas que têm estado nas Assembleias transmitam às outras o que se tem passado, para que tal não aconteça. Em relação à carrinha, Rui Soares diz que já teve que levar uma caixa de velocidades, e conta que a dada altura teve que ir ao Porto comprar material para o Espaço Cultural, e na viagem a carrinha aqueceu, tendo conseguido regressar, porque veio sempre com cuidado. Mas, uns dois dias depois a carrinha começou a deitar um fumo branco, tendo o mecânico aconselhado a comprar um motor. Entretanto o mecânico adoeceu, mas Rui Soares diz que andou seguramente uns dois meses a ver se se conseguia encontrar um motor em segunda mão, embora não muito convicto de que seria a solução, até o Rogério (mecânico da carrinha) ter voltado ao trabalho, e apesar da carrinha andar, continua a deitar o tal fumo branco, estando neste momento na oficina, e continuando a ser da Junta de Freguesia, e portanto, não tendo sido vendida a ninguém, pois se fosse essa a sua vontade, teria que trazer esse assunto à Assembleia de Freguesia. Antes de falar sobre a Praia Fluvial, diz que é incapaz de fazer braço de ferro seja com quem for, tratando todos da mesma forma, o que não é o caso do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que não fala com os Presidentes de Junta, utilizando o poder para prejudicar as Freguesias. E sobre a Praia Fluvial, informa que desde o início que foi entregue um dossier com toda a sua informação, desde a doação do terreno à Junta, por parte do Sr. Coimbra, a um memorandum de entendimento que não está assinado, e que agora pegam por isso, deixando-o uma vez no Gabinete da Presidência, que pelos vistos nunca lhe chegou, tendo tido o cuidado de lho voltar a entregar em mão numa reunião, o qual ele despachou para o Carlos Cidade, havendo neste momento, talvez uns três dossiers na CMC. Informa que há um tempo atrás, o Sr. Coimbra enviou uma carta para a CMC, com o conhecimento da Junta, a dizer que ia fechar a Praia Fluvial, alegando que vai fazer reverter a doação que fez. Sobre o alcatroamento, diz que numa reunião promovida por Rui Soares, junto do Carlos Cidade, a pedido do dono da Broliveira, este pergunta a Carlos Cidade se não tinham intenção de alcatroar a estrada, pois se o fizessem, a CMC alargaria a estrada e o próprio pagaria o alcatrão, oferta esta de cerca de 120 000€, tendo o Carlos Cidade respondido para a Junta colocar isso nos Protocolos, tendo sido uma resposta de quem não tem noção de quanto uma Junta de Freguesia recebe. Posteriormente, foram alcatroar partes da estrada, deixando a estrada irregular, e tendo havido já vários acidentes por isso. Informa também, que há dois anos alertaram a CMC que houve uma derrocada, quando se desce o Vale Soeiro, tendo a CMC demorado uns meses a responder. Entretanto o Eng. Ulisses veio ver do que se tratava, e Rui Soares perguntou-lhe como se resolveria esta situação, uma vez que a Junta não tinha capacidade para o resolver, ao qual o Eng. respondeu que ia tratar. A Junta reiterou o pedido, não havendo resposta até agora. Em relação às limpezas, informa que a Junta tinha uma escavadora para adaptar ao trator, que custou

6
с. 10

Elsa Ferreira dá a palavra ao Sr. António Almeida, que questiona Rui Soares se não teria sido útil ter ficado com a escavadora, e se a Junta não pagou serviços a particulares, que teriam sido resolvidos com aquela máquina. Refere também que estranhou ver a carrinha de um particular a fazer serviços, talvez durante meses, dizendo que se calhar, esta deveria ser uma questão colocada pelos Membros da Assembleia. Por último, diz que tem estado a observar os Membros da Mesa, e embora considere o trabalho de Elsa Ferreira meritório, hoje viu o lado pior do Presidente de Junta, pois fez desta Assembleia uma Campanha Política, tendo assumido até que irá perder estas eleições, e questiona qual a situação financeira da Junta, caso isso aconteça.

Fala depois da escavadora, reiterando que não tinha utilidade nenhuma, e que a sua venda foi uma decisão do Executivo, e não dele. Adianta ainda, que nem se sabia da existência dela, tendo tido

conhecimento quando o Secretário encontrou a sua Fatura, e se aperceberam que ela estava desde a data de compra, no espaço comercial do vendedor. Foram busca-la e experimentaram-na, chegando à conclusão que era necessário estar uma pessoa no trator, e outra pessoa atrás, e não havendo na altura pessoal com carta, a não ser o Zé Maço, que vinha trabalhar para a Junta conforme a sua disponibilidade, quem estava a cavar tinha que sair da escavadora, e ir puxar o trator um metro mais à frente para poder continuar o trabalho, não sendo uma situação viável.

Em relação às contas diz que estão mais ou menos equilibradas, e diz que se a Câmara se chegasse à frente como seria suposto, as coisas estão controladas, não tendo dado passos maiores que as pernas. E esclarece, que estará sempre disponível para trabalhar com a União de Freguesias de Souselas e Botão, mas afirma que mesmo que não ganhe com maioria, não há coligação com ninguém.

Entretanto São Ferreira pergunta se ainda pode intervir, e tendo o consentimento da Presidente, diz que é de lamentar que se coloquem determinadas questões para atacar outras pessoas, e que não vejam quando essas pessoas estão realmente a trabalhar em benefício da União de Freguesias, com os carros particulares deles. Diz que lamenta também que o Sr. Morais já de há uns tempos para cá fala com menos respeito com os Membros da Assembleia. Fernando Morais diz que não é mal-educado e nunca foi, mas que já esteve numa festa em que passou lá um Senhor que cumprimentou toda a gente, passando por ele como se não o conhecesse, o que leva a tomarem-se decisões menos agradáveis.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa dá como encerrada a Assembleia pelas zero horas e cinquenta e oito minutos, informando que dado o adiantar da hora e a duração desta Sessão, não se está em condições de elaborar e aprovar esta Ata, e deste modo, irá marcar uma Assembleia Extraordinária para o fazer.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

S. Martinho do Pinheiro, 7 de Setembro de 2017



Leónia Marina Nogueira Forte